

ATA Nº 19

REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte uma horas e quinze minutos, realizou-se no Auditório da União das Freguesias, sito à Avenida de França, número mil e noventa e cinco, no município de Vila Nova de Famalicão, uma sessão ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. -----

A sessão presidida pelo Presidente da Assembleia da União das Freguesias, **Jorge Paulo da Silva Oliveira** e secretariada por **Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa** e **Ana Rita Oliveira Pinto**, todos eleitos pela Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”, assinalou as seguintes presenças: -----

António José dos Santos Oliveira – Partido Socialista. -----

Bruno Manuel Alves da Silva - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo - Partido Socialista. -----

Fernanda Gabriela de Sá Alves Peliteiro - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

João Pedro Sampaio de Araújo - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Joaquim Moreira de Pinho - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Manuel António de Sousa Mesquita - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Mariana Fraga Oliveira - Partido Socialista. -----

Mónica Alexandra Fernandes Gomes - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa - Partido Socialista. -----

Não se verificou a falta de qualquer eleito: -----

ORDEM DE TRABALHOS -----

PONTO ÚNICO - Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade da mesma. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, Jorge Paulo da Silva Oliveira cumprimentou a assembleia e deu conhecimento da distribuição eletrónica e disponibilização em papel da ata número dezoito, do dia dez de maio do ano de dois mil e vinte e um, que foi colocada imediatamente à discussão dos presentes. -----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor e duas abstenções dos eleitos **Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo** e **Paulo Miguel Navio Vieira da Costa** por não terem participado na referida reunião. -----

António José dos Santos Oliveira, referiu que há cerca de um ano trouxe à discussão da assembleia um problema relativo a algumas árvores plantadas num conjunto de artérias e que veem provocando extremas complicações a algumas pessoas, aproveitando para dar conta da comunicação que um munícipe, devidamente identificado, lhe fez chegar datada de dezassete de junho e na qual se podia ler que nesta altura do ano era praticamente impossível andar, entre outras, na Rua António Carvalho Faria, sem danificar calçado, roupa, transportes, devido à goma que caía todos os anos das árvores existentes naquela rua. Os passeios ficam num estado lastimável e em dias de chuva é uma tarefa hercúlea fazer as coisas em condições. Ainda anteontem, segundo a leitura da mesma comunicação, um estafeta de comida caiu da scooter no cruzamento uma vez que os paralelos estavam bastante escorregadios. Felizmente, nada de grave tinha acontecido, mas impunha-se com urgência solucionar em definitivo este problema. Vinha aí a Loja do Cidadão e este não era o melhor cartão de visita para os utentes, sem esquecer os prejuízos que esta situação causava ao comércio. Finda a leitura da comunicação solicitou à Senhora Presidente da Junta que efetivamente tentasse uma solução para esta situação que, de facto, não teve lugar um ano depois de ter sido alertada. Anunciou que no próximo ano, por esta altura, já não integraria a assembleia da União das Freguesias, pelo que ficava mais este alerta. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, referiu que já havia tido lugar uma poda muita reduzida nas árvores daquela artéria tendo o técnico camarário responsável, Engenheiro Paulo Mota, sido alertado que aquela poda era insuficiente, como aliás se viria a confirmar. Comprometeu-se em insistir para que o assunto pudesse ser solucionado. Referiu que uma das pessoas que se tinha queixado era o Senhor Manuel Marques, considerando que aquele tinha razão

para as queixas que formulava. -----

Não tendo sido registados mais pedidos de palavra para intervenções durante o período de “Antes da Ordem do Dia”, passou-se de imediato ao período da: -----

ORDEM DO DIA ----- -----

PONTO ÚNICO – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade da mesma. ----- -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, disponibilizou-se para responder às questões que eventualmente fossem colocadas em torno da informação escrita disponibilizada. Aproveitou para prestar as informações a que se comprometera na última reunião do órgão deliberativo relativamente ao aparecimento no Inventário do mesmo nome das ruas, em mais de que um local, com a mesma classificação, mas com valores diferentes. Disse que o Inventário dizia respeito aos bens existentes da Junta da União das Freguesias, pelo menos desde dois mil e treze, e que sempre que ocorresse uma intervenção aparecia uma nova inserção no Inventário, fosse numa rua, cemitério ou outra infraestrutura, daí a inscrição das mesmas ruas, com a mesma classificação, mas com número sequencial e valor patrimonial diferente. -----

António José dos Santos Oliveira, ironizando, disse que o Inventário não era um atestado em que se escrevia que a rua fora feita em mil novecentos e catorze, por D. Manuel III, onde se fizeram quarenta e sete intervenções, no último ano se lá meteu paralelo e por isso se lhe conferia um novo número. Defendeu que a Junta deveria fazer o Inventário de ano a ano ou então que se mudasse a lei e o Inventário só se fazia quando nos apetecesse. Reforçou que o Inventário deveria ser anual, de modo a se saber quais os bens de que a União das Freguesias era proprietária, identificando devidamente cada um deles, não sendo necessário que o mesmo bem seja inscrito mais do que uma vez. O Inventário, contabilística e juridicamente, devia apenas descrever um bem e uma verba. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, refutou a opinião anteriormente expressa dizendo que o Inventário fora elaborado de acordo com as exigências legais e que sempre fora apresentado dessa forma, com a única diferença de que anteriormente integrava os próprios Relatórios de Gestão e Contas de Gerência e agora tinha de ser apreciado e votado isolado. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, questionou a Senhora Presidente da Junta sobre o ponto de situação das obras previstas para o ano em curso, indagando sobre o que já estava feito e o que estava ainda por fazer, porque razão não avançaram muitas das obras, porquanto, daquilo que se alcançava das contas correntes apresentadas e de uma previsão de uma execução orçamental de 356 mil e 669 euros, em matéria de despesa de capital, tido sido executado, até 31 de maio do corrente ano, apenas 4 mil 563 euros, uma verba muito abaixo, portanto, da previsão orçamental, discrepância esta que carecia de uma explicação, até porque já se estava a meio do ano, pelo que era igualmente importante saber como é que esta situação seria corrigida até ao final do corrente ano.. -----

João Pedro Sampaio Araújo, assinalou que se estavam a discutir os mesmos assuntos da última assembleia, e tendo este sido discutidos e explicados na sessão anterior, o orador que o antecederia e que não marcara presença na mesma, deveria ter reportado essa situação ao seu grupo. Não questionando a legitimidade de serem feitas as mesmas perguntas e abordados os mesmos assuntos em anterior sessão, essa circunstância deveria, contudo, ser levada em linha de conta. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, replicou, afirmando que se a sua intervenção era legítima, não percebia a reclamação feita sobre o teor mesma. Frisou que a Senhora Presidente da Junta, sensivelmente há três meses, afirmara que as obras estavam para ser adjudicadas, ora dado o lapso de tempo decorrido sobre essa sua afirmação, era importante saber o tinha acontecido. Se porventura essa pergunta em anterior sessão fora respondida, ainda assim, se impunha saber o que é que se alterou desde então já que, aparentemente, estaria tudo igual. -----

António José dos Santos Oliveira, recordou que na última sessão fora abordada a temática das obras que se encontravam por fazer tendo a Senhora Presidente da Junta sido questionada sobre a estimativa orçamental das mesmas, ao que esta respondera que estavam previstos investimentos no montante de 345 mil euros, tendo sido aplicados 267 mil euros, ou seja 43% do Orçamento, verificando-se agora que na verdade não fora aplicado sequer 1% dessa verba, pelo que a pergunta era mais do que legítima, ademais feita no exercício do direito de escrutinar a atividade do executivo. ---

João Pedro Sampaio Araújo, voltou a afirmar que a pergunta era legítima, o que não era legítimo era voltar a fazê-la neste dia e no âmbito da discussão do ponto da ordem de trabalhos. Afirmou recusar-se dar lições de ética e de moral, mas não aceitava que o fizessem de estúpido. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, disse que a sua pergunta em nada teve o intuito de fazer estúpido o anterior orador, devendo ser interpretada como um complemento daquilo que fora apresentado nesta assembleia. Assinalou que o documento que fora

apresentado para esta assembleia revelava as despesas efetuadas no âmbito da demonstração orçamental para o ano em curso, pelo que a pergunta tinha cabimento. Admitia que há três meses as condições não tivessem permitido à Junta fazer algumas das obras previstas, só que, no entretanto, pelo tempo decorrido e pelos documentos apresentados nesta sessão, impunha-se saber o que fora feito, entretanto, não aquilo que foi feito há três meses. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, disse que até ao dia 31 de maio foram gastos em duas valetas sensivelmente 5 mil euros, mas há data desta sessão estava concluída mais uma obra na Rua de Painçães, perpendicular à Avenida 9 de julho, faltando apenas a pintura das marcações. Referiu que o saldo era de 253 mil euros, isto porque estava a ser muito difícil, como era do conhecimento público, iniciar obras, ao ponto de em muitos casos não ser possível encontrar empreiteiros disponíveis para as fazer pelos preços orçamentados, dando como exemplo as obras de saneamento na Rua Fontes Pereira de Melo no valor de 160 mil euros, uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal mas que foi contratualizada a delegação da feitura da mesma na Junta, circunstância que obrigará por certo a uma revisão desse mesmo contrato. Chamou a atenção que há uma clara falta de empreiteiros disponíveis no mercado e que isso era visível em todos os sítios, o que motivara também uma certa escalada nos preços habitualmente praticados. Assinalou um conjunto de despesas correntes nos apoios às associações, ação social e escolas e que isso também era investir. -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa, começou por referir que nunca colocou em causa a transparência das contas apresentadas, mas que a resposta oferecida pela Senhora Presidente da Junta, lhe motivava uma segunda pergunta suscitada por uma notícia de um jornal segundo a qual o executivo pretendia avançar com um Parque de Lazer e um arranjo exterior na Capela de Santa Catarina, obras que se iriam iniciar em pouco tempo, pelo que perguntava se estas constavam do Orçamento do ano em curso e porque razão se garantia que as mesmas avançam dentro de pouco tempo quando tantas outras, com dotações inscritas em orçamento, ficavam para trás. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, respondeu que as referidas obras não faziam parte do Orçamento, mas que de uma reunião com o Senhor Padre e o Senhor Vereador das Freguesias se concluiu que era importante aquela intervenção. Informou que a câmara municipal se obrigou com os seus meios técnicos a fazer o levantamento daquela zona, bem como o esboço da intervenção que será igualmente custeada por aquela. Quanto ao aludido novo Parque, informou que essa ideia constava do programa eleitoral da coligação e que fazia sentido aproveitar os terrenos próximos da antiga Nacional 14, numa zona que estava bastante

abandonada, até porque os terrenos são do município e podem, se existir vontade para tanto, ser cedidos à Junta para o efeito. É nisso que a Junta estava apostada e é nesse projeto que estava a trabalhar tendo abordado com a Senhora Diretora do Departamento de Urbanismo um desenho preliminar do mesmo. Esclareceu que a notícia surgiu de uma visita do Senhor Presidente da Câmara Municipal e que desafiou a Junta a iniciar desde já a plantação das árvores, plantação que devia ser entendida como o início das obras. Mais informou que o terreno ainda não fora cedido formalmente, nem tinha sido assinado qualquer contrato nesse sentido. Disse que este Parque não seria uma realidade neste mandato, embora fosse esse o desejo, mas será uma aposta para o próximo mandato. -----

António José dos Santos Oliveira, disse que a Senhora Presidente da Junta tinha toda a legitimidade de pensar que iria ganhar as próximas eleições autárquicas, mas que o próprio também tinha a legitimidade para pensar que isso não iria acontecer. Afirmou desconhecer se no Plano de Atividades da Câmara Municipal estava prevista alguma intervenção na Capela de Santa Catarina ou se no Inventário do município existia algum terreno em Ribainho/Barrimau para receber o falado novo Parque de Lazer que pudesse ser cedido à Junta, mas gostava de saber quem iria pagar as árvores. ----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, respondeu que a Câmara Municipal iria ceder as árvores e se fosse necessário ela própria oferecia algumas retiradas do seu quintal. Disse que independentemente do resultado das próximas eleições era normal que informasse quais eram os seus projetos e desejos e enquanto presidente lutasse por eles, acreditando no compromisso que o Senhor Presidente assumiu em nome da Câmara Municipal, a qual seguramente não deixaria de honrar aquela palavra. -----

DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

Para este período não houve inscrições. -----

O Presidente da Mesa antes de dar por encerrada a sessão que ocorreu pelas vinte e duas horas, informou a assembleia que a próxima sessão ordinária, a realizar no mês de setembro, iria em princípio ser marcada antes do início oficial da campanha eleitoral. -----

Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

Registo de Presenças; -----

O documento referente ao ponto único da ordem de trabalhos.-----

O Presidente da Assembleia da União das Freguesias

Jorge Paulo da Silva Oliveira

O Primeiro Secretário

Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa

A Segunda Secretária

Ana Rita Oliveira Pinto